

**BOLETIM EXTRAORDINÁRIO
CAAF/UNIFESP DE
ENFRENTAMENTO DA COVID-
19**

**Mortos e mortes da Covid-19:
saberes, instituições e
regulações**

JUNTAR FORÇAS



Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação

BOLETIM EXTRAORDINÁRIO CAAF/UNIFESP DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19.

n. #11 de 24 de julho de 2020

Instituição: Centro de Antropologia e Arqueologia da Unifesp (CAAF|Unifesp)

Equipe Responsável:

Colaboras/es convidadas/os: Aline Khouri, Bruna Martins Costa, Eduardo Rodrigues, Elizabeth Hordge-Freeman, Michel Chagas.

Entrevistado: Igor Alexsander.

Pesquisa e Redação: Aline Feitoza, Carla Osmo, Desirée Azevedo, Edson Teles, João Pedro Silva de Albuquerque, Marília Calazans.

Arte Gráfica: João Pedro Silva de Albuquerque.

Contato:

Email: caaf@unifesp.br

Telefone: (11) 3385-4100 | VOIP:8958

Endereço: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF|Unifesp. Rua Joaquim Távora, 168 - Vila Mariana. CEP 04015-010 - São Paulo



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itatoria/caaf

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/
itoria/caaf

Sumário

Editorial	1
Opiniões	
Covid-19 e seu impacto nas comunidades negras dos Estados Unidos. <i>* Elizabeth Hordge-Freeman e Michel Chagas</i>	4
Violência e espaço em tempos pandêmicos: uma breve nota sobre a geografia dos tiroteios envolvendo a polícia no Rio de Janeiro. <i>* Eduardo Rodrigues</i>	8
Políticas e serviços de saúde mental e atenção psicossocial em tempos de COVID-19. <i>* Bruna Martins Costa</i>	14
Notícias	
Pandemia e o descarte de vidas pelo sistema prisional. <i>* Aline Khouri</i>	19
Entrevista	
Juntar forças e ser mais favela: entrevista com o pastor Igor Alexander.	22

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Editorial

O Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF/Unifesp) é uma instituição de pesquisa e formação em direitos humanos que trabalha em torno da temática das graves violações cometidas pelo Estado. A morte e os destinos dos mortos, enquanto problema de estudos, se constituem como pilares para o entendimento da violência institucional.

Diante da pandemia causada pelo novo coronavírus, cujo impacto e velocidade de contaminação atingem proporções nunca vistas em nossa história, a questão sobre como os óbitos estão sendo pensados, recebidos, regulados pelas instituições responsáveis, pelos profissionais da área forense e, de modo geral, pela sociedade torna-se um problema urgente.

O comportamento e potencial letal do vírus tornaram-se aliados de uma política que produz morte, por meio do abandono, da invisibilização e da força armada. Nos locais em que predomina a omissão dos governos na gestão da crise sanitária, as redes espontâneas de solidariedade são as principais responsáveis pela proteção da saúde e da vida das pessoas em situação de especial vulnerabilidade.

A influência de disparidades raciais está refletida no número de contaminações e de mortes pelo mundo, conforme apontam pesquisas e dados estatísticos, com previsão de agravamento. Na mesma medida em que o Estado se esquivava da responsabilidade de controlar a pandemia, abusa da força policial nos territórios mais pobres, produzindo estatísticas que superam seus próprios recordes funestos, seja pela ausência ou pelo abuso de suas ações. Não por acaso, estão entregues à própria sorte pessoas encarceradas, sentenciadas à morte em penitenciárias sem qualquer possibilidade de proteção contra o agente invisível da doença.

A edição de número 11 deste boletim reúne e apresenta textos que tratam das desigualdades sociais e raciais durante a pandemia, da violência policial e do negligenciamento das políticas de atenção psicossocial. Encerram este boletim a notícia que trata do debate promovido por docentes do Direito da Unifesp sobre a gestão da vida nas prisões e a entrevista do pastor Igor Alexander, liderança em Paraisópolis, que coordena centros comunitários de acolhimento a pessoas com covid-19, em escolas públicas do bairro.

Nós, do CAAF/Unifesp, desenvolvemos em nossos projetos de pesquisa e de consultorias parcerias com os movimentos sociais, procurando a confluência entre os saberes das lutas pela vida digna com o conhecimento científico. Isso nos mantém em contato permanente com familiares de vítimas das graves violações, nos levando a considerar as formas com que a morte e os mortos se caracterizaram como um problema de direitos humanos.

O objetivo deste Boletim é o de contribuir para a rede de informações, documentos e análises relacionando ciências forenses, direitos humanos e lutas sociais.

São Paulo, 24 de julho de 2020.



OPINIÕES

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

Covid-19 e seu impacto nas comunidades negras dos Estados Unidos.

Elizabeth Hordge-Freeman

* Professora Associada de Sociologia na Universidade do Sul da Flórida. É mestre e Ph.D. em Sociologia pela Universidade Duke. É autora do livro *A cor do amor: características raciais, estigmas e socialização em famílias negras brasileiras* (2018, Edufscar). <https://www.amazon.com.br/Cor-do-Amor-Elizabeth-Hordge-freeman/dp/8576004976>. hordgefreema@usf.edu

Michel Chagas

* Militante do movimento negro, membro do Instituto Steve Biko. É especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Políticas de Desenvolvimento Internacional pela Universidade Duke. michelchagas@gmail.com

A COVID-19 tem exercido um impacto devastador, e as comunidades negras em todo o mundo têm sido as mais afetadas pela pandemia. Mesmo que a extensão total do seu impacto ainda esteja para ser determinada, essas comunidades estão desproporcionalmente propensas a contraírem e perecerem em função da COVID-19, comparando-se com o restante da população. Tecemos considerações a respeito do impacto da pandemia de COVID-19 no Brasil e nos Estados Unidos como ponto de partida para futuros estudos sobre populações negras em todo o mundo.

O Brasil é o maior e mais populoso país da América do Sul, com uma população de aproximadamente 210 milhões. A população negra constitui a maioria dos habitantes do país, representando 51,1% da população total.¹ Por outro lado, os Estados Unidos possuem uma população total de 328,2 milhões, sendo que a parcela negra representa apenas 12,1%. Uma comparação entre esses países pode, inicialmente, parecer incomum, especialmente porque historicamente esses países foram retratados como modelos contrastantes de raça e racismo. Por exemplo, um sistema de classificação racial e as leis de Jim Crow nos EUA, muitas vezes, foram justapostas ao contexto de mistura de raças, e as manifestações veladas e sofisticadas do racismo no Brasil. No entanto, o impacto contínuo da pandemia de COVID-19 no Brasil e nos EUA sugere que, embora existam diferenças, as comunidades negras em ambos países apresentam condições sociais semelhantes, tornando-as muito mais vulneráveis ao vírus do que suas congêneres nacionais.

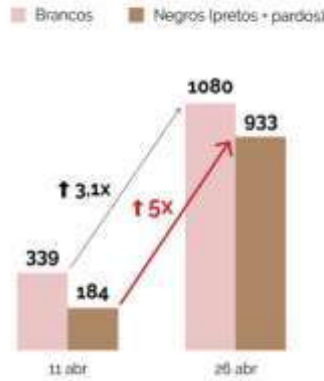
Os primeiros casos de COVID-19 no Brasil foram relatados em São Paulo, no final de fevereiro de 2020. Os casos iniciais de infecção incluíram três homens brancos que haviam viajado para a Europa e foram diagnosticados ao retornarem para o Brasil. Cada um desses pacientes portadores do vírus recebeu tratamento no Hospital Israelita Albert Einstein, considerado o melhor hospital da América Latina.² Seus perfis, semelhantes, contribuíram para o esboço inicial³ da COVID-19 como uma “doença de gente rica”. Aproximadamente, um mês após o primeiro caso confirmado no Brasil, a COVID-19 chegou à comunidade Cidade de Deus, um bairro predominantemente negro e economicamente desfavorecido no Rio de Janeiro. Desde então, o vírus se espalhou por todo o país, alastrando-se rapidamente para as periferias urbanas (principalmente habitadas por negros) e causando mortes, perdas e sofrimento expressivos.

Mortos e mortes da Covid-19

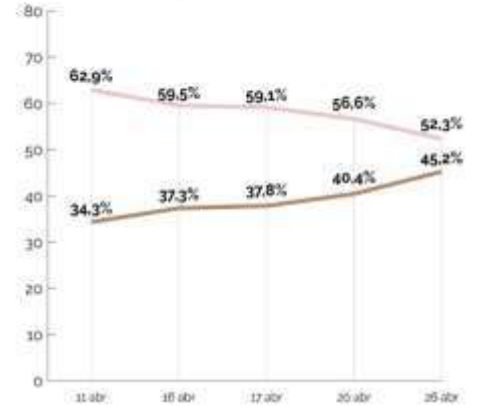
saberes, instituições e regulação

No Brasil, o vírus tem sido desproporcionalmente mais letal para a população negra. Os relatórios epidemiológicos mais recentes do Ministério da Saúde⁴ demonstraram que, apesar da população negra representar apenas 46,7% dos pacientes hospitalizados devido à síndrome respiratória aguda grave, ela corresponde a 54,8% dos óbitos por COVID-19. Mais recentemente, a “Agência Pública”⁵ analisou relatórios epidemiológicos de 11 a 26 de abril, revelando que, as mortes causadas pela COVID-19 tinham triplicado entre a população branca, já na população negra, a taxa foi 5 vezes maior.

Mortes por Covid-19 no Brasil crescem mais entre negros

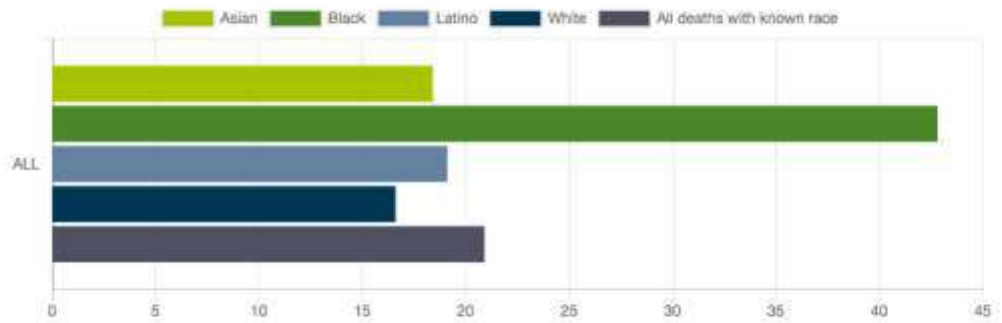


A % de mortes por Covid-19 entre brancos tem caído, a de negros tem aumentado



Padrões semelhantes relacionados à raça e mortalidade surgiram nos Estados Unidos, onde os negros americanos constituem menos de 13% da população, mas representam 27% de todas as mortes (mais que o dobro da proporção da população). Em maio de 2020, o Laboratório de Pesquisa APM⁶ constatou que "a taxa de mortalidade para negros americanos é 2,2 vezes maior que a dos latinos, 2,3 vezes maior que a dos asiáticos e 2,6 vezes maior que a dos brancos".

COVID-19 DEATHS PER 100,000 PEOPLE OF EACH GROUP, REPORTED THROUGH MAY 11, 2020



* Includes data from Washington, D.C., and the 39 states of Alabama, Alaska, Arizona, Arkansas, California, Colorado, Connecticut, Delaware, Florida, Georgia, Idaho, Illinois, Indiana, Iowa, Kansas, Kentucky, Louisiana, Maryland, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Mississippi, Missouri, New Hampshire, New Jersey, New York, North Carolina, Ohio, Oklahoma, Oregon, Pennsylvania, Rhode Island, South Carolina, Tennessee, Texas, Vermont, Virginia, Washington and Wisconsin. States employ varying collection methods regarding ethnicity data. Denominator is built from data aggregated from each state, aligned with their method.

Essas disparidades raciais não são coincidências, estando, entretanto, relacionadas com as condições sociais e econômicas semelhantes, enraizadas no racismo. Por exemplo, uma proporção significativa da população negra do Brasil vive em comunidades empobrecidas (favelas), áreas residenciais densamente povoadas e marcadas por altos índices de vulnerabilidades. Nos Estados Unidos, os negros americanos também têm muito mais probabilidade de residir em áreas densamente povoadas e caracterizadas por pobreza (resultado direto da segregação residencial e práticas racistas de moradia). Nos dois países, a vulnerabilidade econômica dos negros, as barreiras impostas à sua capacidade de praticar o distanciamento social e o acesso limitado aos serviços de saúde facilitam e aceleram o processo de transmissão da COVID-19.

- caafunifesp01
- caafunifesp01
- caaf_unifesp
- 1049
- Caaf Unifesp
- caaf@unifesp.br
- www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação

 caafunifesp01

 caafunifesp01

 caaf_unifesp

 1049

 Caaf Unifesp

 caaf@unifesp.br

 www.unifesp.br/retoria/caaf

No âmbito do trabalho, os trabalhadores negros de ambos os países estão mais propensos a serem considerados trabalhadores essenciais e mais propensos a enfrentarem circunstâncias econômicas que não lhes permitem ficar em casa, longe de seus locais de trabalho. O Brasil possui a maior população de trabalhadores domésticos do mundo, sua grande maioria formada por mulheres negras, cujas circunstâncias econômicas precárias exigem que as mesmas continuem trabalhando, mesmo em situação de pandemia, para sustentar suas famílias.

Embora os negros americanos não sejam a maioria dos trabalhadores domésticos nos Estados Unidos, 25% destes estão empregados no setor de serviços e 30% de todos os enfermeiros licenciados são negros, o que significa que os mesmos sejam desproporcionalmente forçados a continuar trabalhando durante a pandemia.⁷ As funções desempenhadas, majoritariamente, por negros no Brasil e nos Estados Unidos, como motoristas de ônibus, balconistas de supermercado, atendentes de metrô, enfermeiras, trabalhadores de *fastfood*, assim também como agentes carcerários (e encarcerados), colocam-nos em um risco significativamente maior de exposição à COVID-19. Lembremos de Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica e vítima fatal atribuída ao coronavírus no Rio de Janeiro que foi infectada por sua patroa⁸, assim como o motorista de ônibus da cidade de Nova York⁹ que morreu após um passageiro ter tossido sem cobrir a boca.

Finalmente, as disparidades raciais da COVID-19 podem também ser atribuídas às condições de saúde e menor acesso aos cuidados que os cidadãos negros recebem nos dois países. De acordo com o CDC dos EUA¹⁰, para os residentes negros dos EUA, a falta de seguro de saúde, taxas mais altas de condições crônicas, estigma e desigualdades sistêmicas aumentam sua vulnerabilidade ao vírus. Da mesma forma, estudos da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)¹¹ demonstram que 67% dos cidadãos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS são negros (pretos e pardos). A população negra no Brasil e nos Estados Unidos enfrentam maior prevalência de doenças como diabetes, tuberculose, hipertensão e doença renal crônica, que os colocam em um grupo de alto risco para o COVID-19.

Nitidamente, as atuais disparidades raciais relacionadas ao impacto da COVID-19 evidenciam que a população negra no Brasil e nos EUA são as mais afetadas e a previsão é de agravamento dessas consequências nos próximos estágios da pandemia. A urgência de diálogos e iniciativas transnacionais visando aperfeiçoar as condições de saúde, em ambas comunidades negras, tornam-se evidentes e necessárias. Nossa expectativa é que uma maior atenção ao impacto global do racismo e da desigualdade na saúde da população negra passe a fundamentar a implementação de iniciativas transnacionais visando superar ambos o racismo e a COVID-19. E, como sugerem as consequências dessa pandemia, a construção de solidariedades transnacionais não é opcional, é literalmente uma questão de vida ou morte.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

¹ A categoria negra representa a porcentagem agregada das pessoas que se identificam como pretos e pardos.

² [Hospital Israelita Albert Einstein, Diferenciais](#)

³ [Imported by the rich, coronavirus now devastating Brazil's poor](#)

⁴ [Ministério da Saúde, BE 16 - Boletim COE Coronavírus.](#)

⁵ [Agência Pública é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil](#)

⁶ [The color of coronavirus: COVID-19 deaths by race and ethnicity in the U.S.](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

⁷ [COVID-19 in Racial and Ethnic Minority Groups](#)

⁸ [Morte por coronavírus em Miguel Pereira ressalta riscos e provoca debates](#)

⁹ [New York City bus drivers are being hit the hardest by deaths as COVID-19 devastates the MTA](#)

¹⁰ Centros de Controle e Prevenção de Doenças

¹¹ A Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) é uma sociedade científica cujo papel principal se dá no âmbito do desenvolvimento de uma especialidade médica que presta atendimento de excelência às condições clínicas mais prevalentes de pessoas e populações. [Os estudos mencionados acima são resultado do grupo de trabalho Saúde da População Negra da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Violência e espaço em tempos pandêmicos: uma breve nota sobre a geografia dos tiroteios envolvendo a polícia no Rio de Janeiro

Eduardo Rodrigues

**Mestre em Geografia (UFRJ), Doutorando em Antropologia (UFF), pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública (LAESP/UFF) e professor EBTB de Geografia do Colégio Pedro II*

Introdução

O debate sobre a violência policial em tempos pandêmicos ganhou uma dimensão importante no cenário nacional notadamente a partir dos seus desdobramentos no Rio de Janeiro. A pandemia tornou ainda mais complexa a problemática das “operações policiais” no estado, uma vez que ela criou uma dupla vitimização sobre as populações majoritariamente pobres e negras moradoras de favela: não só pelo contágio através do vírus, como também pela continuidade das mortes decorrentes de intervenção policial.

Um ponto importante nesse contexto foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº 635, deferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Édson Fachin. Através dela, foram proibidas a ocorrência de “operações policiais” nas favelas de todo o estado como forma de conter a “excessiva e crescente letalidade da atuação policial, voltada sobretudo contra a população pobre e negra de comunidades”. Com pouco mais de um mês da sua promulgação, a medida conseguiu reduzir o número de incursões policiais principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com um impacto direto na redução das mortes ocasionadas pelas polícias (HIRATA, GRILLO, DIRK, 2020).

Como possível contribuição para o debate, essa pequena nota assume a perspectiva de um “ativismo de dados” (BRUNO, DIDIER e VITALE, 2014) para lançar algumas questões sobre a violência policial no Rio de Janeiro. Ela foi construída a partir do geoprocessamento dos dados da plataforma “Fogo Cruzado” sobre tiroteios envolvendo a polícia ocorridos na RMRJ nos últimos quatro meses de 2020 – período que compreende a maior parte da pandemia da COVID-19. Dada a lacuna de produção de dados oficiais (sobretudo de mapeamentos) no que toca as “operações policiais” na metrópole carioca (GRILLO e HIRATA, 2020), a análise objetiva lançar alguns questionamentos sobre a problemática da violência policial a partir de uma leitura sob uma perspectiva espacial.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Apontamentos metodológicos

O período compreendido pela análise vai de 16 de março (início das medidas de isolamento social no Rio de Janeiro) até 30 de junho de 2020. Meu objetivo básico com o mapa era compreender onde as polícias dentro do recorte da RMRJ estariam “operando” durante a pandemia da COVID-19. Os dados oficiais produzidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), todavia, não permitiram a realização do mapeamento, uma vez que infelizmente não há informações sobre “operações policiais” disponíveis em sua base. O dado mais próximo que poderia permitir visualizar a espacialidade da violência policial seriam as “mortes por intervenção policial”. Mas outro problema que deriva daí é que a menor escala geográfica disponibilizada pelo ISP quanto ao tratamento dos dados é a das “Circunscrições Integradas de Segurança Pública” (CISPs), que correspondem precisamente à jurisdição das Delegacias Policiais (DPs) sob a responsabilidade da Polícia Civil. Tal escala, para os meus propósitos, tornava o dado bastante impreciso, uma vez que dentro de uma mesma CISP existem áreas muito heterogêneas informadas pela enorme segregação espacial da metrópole carioca. Meu interesse era que cada registro das operações (ou ao menos das mortes produzidas pela polícia) pudesse ser georreferenciado com o máximo de precisão possível, ou seja, com a latitude e a longitude do ponto com base nas informações do logradouro da ocorrência. A solução encontrada foi então criar o mapa com base nos dados do aplicativo (*app*) “Fogo Cruzado”. A equipe do *app* disponibiliza no seu sítio gratuitamente uma base colaborativa com todos os tiroteios acontecidos na RMRJ desde 2016, informados a partir de pesquisa na grande imprensa, redes sociais e pelos próprios usuários do aplicativo. Em posse dos dados, realizei a filtragem no recorte da análise e considerei somente os tiroteios que envolveram a polícia. Como em cada uma das entradas foi possível ter acesso ao logradouro da ocorrência, consegui finalmente georreferenciá-las criando assim uma camada de pontos que serviram de base para a criação do *raster* do “mapa de calor”.

Mesmo não sendo um mapa que mostre estritamente a escala do fenômeno das “operações policiais” (uma vez que elas seriam uma das categorias dentro de um universo mais amplo englobado pelos tiroteios), foi possível perceber que todas as “áreas quentes” identificadas se circunscrevem ao território de favelas. Sendo assim, é possível inferir razoavelmente que as localidades que apresentaram altos índices de tiroteio dizem respeito, em grande medida, a possíveis desdobramentos de “operações policiais” ocorridas durante a pandemia¹. Com o mapeamento terminado, foi feito seu cruzamento com os dados presentes em outra base organizada por mim, onde constam os territórios classificados a partir dos principais grupos armados atuantes na RMRJ². A base vem sendo construída a partir de pesquisas em sítios da imprensa, assim como em redes sociais (notadamente *twitter* e *Facebook*) e por notas de campo decorrentes de trabalho desenvolvido com futuros “praças” da Polícia Militar (PM), bem como membros daquela corporação. Meu objetivo, em primeiro lugar, foi verificar se a polícia estava a “operar” mais em áreas de grupos ligados ao varejo da droga ou de milicianos de modo geral. Em segundo lugar, e mais especificamente, se havia alguma diferença em relação aos diferentes “comandos” que controlam a venda de drogas ilícitas. Como procurarei mostrar até o final desta nota, o cruzamento dos dados sugere algumas inferências sobre a lógica espacial das “operações policiais”, uma vez que sua localização na RMRJ, de forma alguma, é aleatória.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Análise dos dados

O mapa produzido³ identifica no espaço todos os registros de tiroteios envolvendo a polícia que foram feitos pelo “Fogo Cruzado” durante o período pandêmico. Em maior destaque, foram identificadas 21 localidades que apresentaram os maiores índices do fenômeno no recorte da RMRJ. É possível verificar que das localidades identificadas, 14 delas (66,6%) se localizam na cidade do Rio de Janeiro – majoritariamente em favelas dos subúrbios da Zona Oeste e, principalmente, da Zona Norte. Niterói e São Gonçalo aparecem com duas “áreas quentes” cada (19% dos registros em conjunto), seguido pelos municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo e Japeri que totalizam 14,4% para a região da Baixada Fluminense.

Quando cruzado com os dados sobre os grupos armados de cada uma das localidades identificadas, percebe-se uma disparidade significativa da distribuição. Dos tiroteios registrados em favelas envolvendo a polícia, não menos que 71,4% foram em territórios do C.V., enquanto 28,6% dizem respeito às favelas territorializadas pelo T.C.P.. Nenhuma das áreas identificadas é domínio de grupos de milícias, nem tampouco do A.D.A.⁴. Essa diferença marca algumas linhas de continuidade nas formas de “operar” das polícias no Rio de Janeiro, em especial no que toca a constituição do tráfico varejista de drogas de modo geral, mas o C.V. de maneira específica enquanto o principal “inimigo” a ser combatido pelas forças policiais. Além da proximidade diferenciada de agentes de segurança pública com grupos milicianos no Rio (BRAMA, 2019; ALVES, 2020; entre outros), dados trabalhados por HIRATA, GRILLO, DIRK (2020) dão conta que o principal motivo “oficial” alegado para a ocorrência de “operações policiais” na RMRJ entre 2007 e 2020 diz respeito à “repressão ao tráfico de armas e de drogas”, embora, durante a pandemia, ele tenha sido superado pela “retaliação por morte ou ataque” a policiais. A construção desse “inimigo” diferenciado no universo do comércio varejista é inclusive admitida implícita e explicitamente na leitura “nativa” por parte de diferentes quadros da PM fluminense (SIQUEIRA et. alli, 2012; DUARTE, 2012). Sendo assim, a paisagem legitimadora das “operações” que é emoldurada pelo discurso de “repressão” às drogas ganha um alvo preferencial nas práticas policiais realizadas nas favelas.

Violência e espaço: algumas questões preliminares

Quando pensada desde uma perspectiva espacial, a violência praticada pela polícia nos remete ao problema da *diferença* no tocante aos seus impactos. Como procurei mostrar, os tiroteios na RMRJ estão, em grande medida, concentrados em favelas dominadas por grupos ligados ao tráfico varejista de drogas e mais especificamente nas áreas do C.V.. Diante desse pequeno exercício de cartografia, sugiro três questões preliminares sobre o problema a serem mais bem aprofundadas posteriormente:

1) a produção material das mortes praticadas pelo Estado não pode ser compreendida de maneira homogênea. A operação de uma tão falada “necropolítica” nos moldes sugeridos por MBEMBE (2018) possui particularidades no que toca a violência estatal na RMRJ. Essas particularidades dizem respeito ao fato que, desde uma perspectiva do espaço, certos segmentos da população negra favelada estão sendo mais vitimizados do que outros. Só no período pandêmico, dos quatro “casos de repercussão” ressaltados por MEDEIROS (2020), três deles ocorreram em territórios do C.V. (incluindo uma chacina de 13 pessoas). Adicionaria ainda um quinto caso, o assassinato de Rodrigo Cerqueira, de 19 anos, ocorrido também em uma área da mesma quadrilha durante uma distribuição de cestas básicas;

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

2) de um ponto de vista simbólico, a produção da morte gera também sentidos diferenciados espacialmente. Sugiro pensar tal dinâmica enquanto uma *linguagem* (BOTELHO e MAGNONI, 2017) capaz de expressar significados abertos a processos de inteligibilidade e interpretação. Ela se aproxima assim da perspectiva de conformação de inúmeros mercados, onde diferentes “mercadorias políticas” (MISSE, 2010) são negociadas diferencialmente no recorte da RMRJ. Várias etnografias produzidas nos últimos anos no âmbito do [LAESP/UFF](#) (GARAU, 2016; RODRIGUEZ, 2016; SANTOS 2016; ALBERNAZ, 2018; LUDMER, 2019; SILVA, 2019) corroboram para a necessidade de considerar o problema da diferença na relação entre os mercados ilegais e a produção de mortes. A desigualdade verificada pelo mapeamento pode sugerir “pistas” no que diz respeito à maneira como tais mercados são operados, sendo possível, assim, o empreendimento de um passo futuro nesse exercício de complexificação cartográfica: a possível regionalização desses “ilegalismos”.

3) por fim, a violência policial não me parece resultado somente de problemas já muito bem diagnosticados no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, que dizem respeito a temas como a “formação policial” ou as “práticas policiais” empreendidas nas ruas. Em meu doutorado, venho há mais de um ano realizando trabalho de campo (presencialmente e, com a pandemia, virtualmente) junto a futuros candidatos ao círculo das “praças” da PM fluminense. Busco compreender as representações sociais de tais sujeitos acerca da polícia, bem como suas motivações para a entrada na carreira policial. É notável que boa parte dos meus interlocutores, mesmo não tendo qualquer contato prévio formal com a instituição, já reproduzam diferentes valores simbólicos ligados à identidade policial. No tocante à violência, se pensada mais uma vez desde uma perspectiva do espaço, significa dizer que tais sujeitos buscam ser policiais preferencialmente nas áreas do subúrbio carioca e periferias pobres da RMRJ onde a polícia já atua de maneira mais violenta. São nessas áreas onde eles afirmam ser possível performar não somente práticas violentas que, na leitura nativa, indicam o que realmente é “ser policial”, como também a inserção em diferentes mercados ilegais operados pelas próprias polícias através dos “arrêgos” (PIRES, 2010) ou pela mobilização de categorias nativas como o “passe” ou o “espólio de guerra”⁵. Com base em meus dados preliminares, sugiro que talvez mais do que formar novos “corações e mentes” nos futuros policiais, as escolas de formação e as “ruas” (onde o “saber prático” será adquirido) parecem funcionar no sentido de reorganizar valores que já estão presentes nos candidatos, fornecendo a eles uma nova gramática que não deixa de ser congruente com a visão trazida de antemão à sua entrada formal na polícia. A maneira como eles significam e compreendem não somente o seu espaço preferencial de ação, como também a própria escala das suas futuras práticas cotidianas me parecem tributários de um mesmo processo social anterior aos “rituais” tradicionalmente apontados enquanto o local de forjamento da identidade policial.

Notas

1- Além disso, assumo também explicitamente a mesma posição de GRILLO e HIRATA (2020) quanto ao problema da subnotificação dos dados no que toca o mapeamento. Além de boa parte das “operações policiais” não ser sequer notificada pela polícia oficialmente, a ocorrência de inúmeros tiroteios em favelas certamente não é registrada pelo “Fogo Cruzado”. Não obstante, o esforço na produção do mapeamento, mesmo em caráter parcial, me parece válido pela lacuna de cartografias construídas nessa mesma direção.

2- Os quatro grupos são: “Comando Vermelho” (C.V.), “Terceiro Comando Puro” (T.C.P.) e “Amigo dos Amigos” (A.D.A.) com relação ao comércio varejista de drogas, e as “milícias” enquanto categoria genérica que agrupa diferentes grupos paramilitares. Sobre o caráter heterogêneo da categoria “milícia”, ver o estudo recente de BRAMA (2019).

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação

 caafunifesp01

 caaf_unifesp

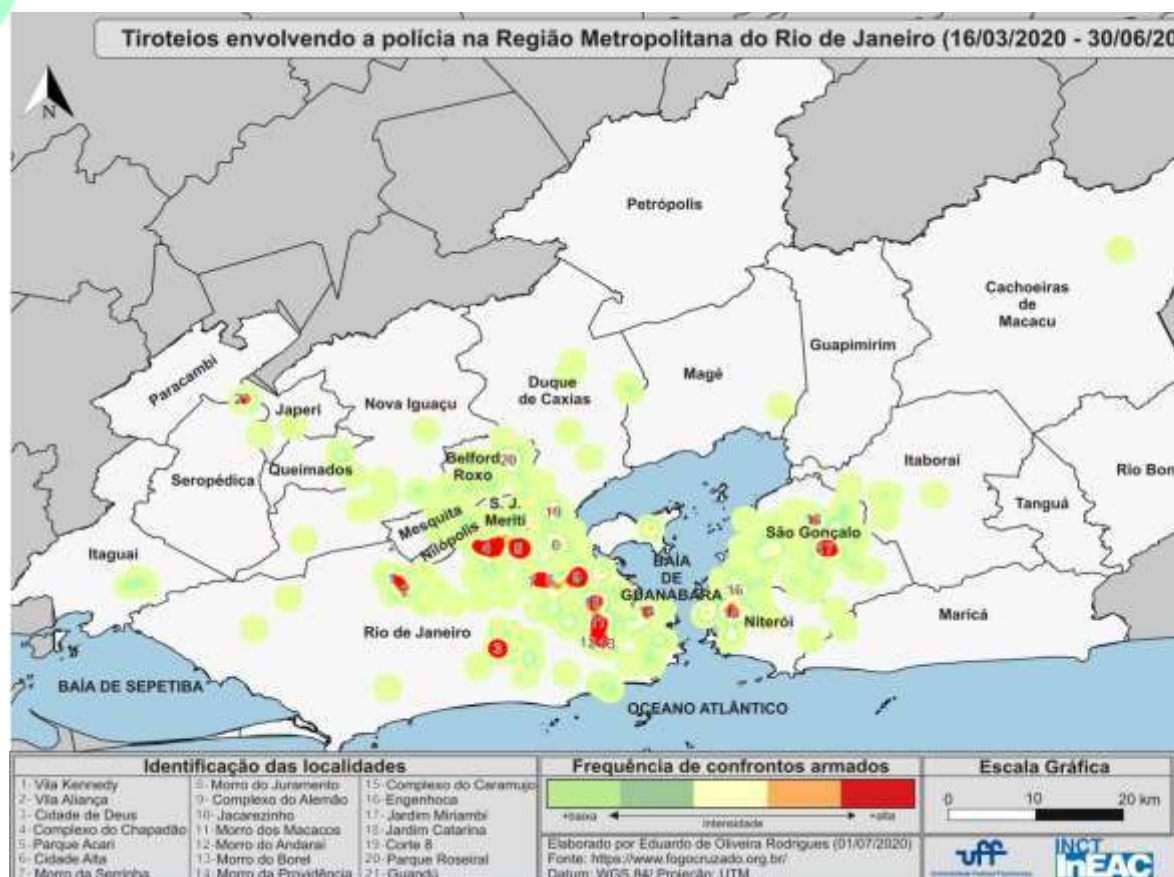
 1049

 Caaf Unifesp

 caaf@unifesp.br

 www.unifesp.br/retoria/caaf

3-



4- O A.D.A. vem sofrendo desde 2017 um processo de retração quanto aos seus territórios em toda a RMRJ, mas mais especificamente na capital fluminense. Foge aos objetivos dessa breve nota uma análise recente da geopolítica dos grupos ligados ao varejo da droga no Rio de Janeiro. Uma análise factual importante neste sentido pode ser encontrada no capítulo 1 do estudo organizado por MARINHO et alli. (2019).

5- Oriundo do universo do futebol, o “passe” está ligado ao valor que determinada divisão da polícia fixa para negociar a oferta de “mercadorias políticas”. Geralmente, ele varia ao sabor da capacidade operativa e do “dano” que cada divisão policial pode causar ao comércio varejista de drogas. Já o “espólio de guerra” diz respeito a objetos como armamentos, drogas, dinheiro, joias, eletroeletrônicos ou qualquer outro bem de valor apreendido ilegalmente durante uma “operação policial”.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Elizabete. Palácios sem reis, democracias sem cidadãos: política, cotidiano e a formação de mercados da exclusão em dois contextos do “sul-global”. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ALVES, José de Souza Alves. *Dos Barões Ao Extermínio: Uma História Da Violência Na Baixada Fluminense*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BOTELHO, Nelson A. MAGNONI, Javier A. *Sociologias de la Violencia - Estructuras, sujetos, interacciones y acción simbólica*. Mexico: Flasco, 2017.

BRAMA, Leonardo. *As diversas milícias do Rio de Janeiro: entre expansões práticas e semânticas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

BRUNO, Isabelle; DIDIER, Emmanuel; VITALE, Tommaso. Statactivism: forms of action between disclosure and affirmation. *Partecipazione e conflitto - Participation and Conflict*, Università del Salento, 2014. p.198 - 220.

DUARTE, Mario Sérgio. *Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2012.

GARAU, Marílha. "Quem sobrevive vai ao baile": uma análise empírica, à luz do princípio constitucional da igualdade, das relações entre a Polícia Militar e a comunidade em uma favela ocupada por uma UPP. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Programa de Pós-graduação em Direito Comparado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

GRILLO, Carolina e HIRATA, Daniel. Operações policiais no Rio de Janeiro: da lacuna estatística ao ativismo de dados. *Le Monde Diplomatique, Brasil*. 30 jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro-da-lacuna-estatistica-ao-ativismo-de-dados/>. Acesso em 09 jul. 2020.

HIRATA, Daniel; GRILLO, Carolina; DIRK, Renato. Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Boletim extraordinário CAAF|Unifesp de enfrentamento da Covid-19*. N. 07, 2020. p. 31-38.

LUDMER, Juliana. "A gente só quer respeito: as percepções dos moradores de favela situada na Zona Sul do Rio de Janeiro sobre "as polícias" e "os bandidos" no contexto do "fracasso" do Programa de Pacificação (UPP)". Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARINHO, Gláucia, AZEVEDO, Lena, CARVALHO, Sandra, JOZINO, Josmar, SALVATORI, Fausto (orgs.). Democracia e crime organizado: os poderes fáticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

MBEMBE, Achillé. *Necropolítica*. n-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Flávia. Operações policiais, produção de mortos e investigação de mortes: violência policial em meio à pandemia. *Boletim extraordinário CAAF|Unifesp de enfrentamento da Covid-19*. N. 07, 2020. p. 4-7.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico [Online]*, II, 2010. p. 89-107.

PIRES, Lenin dos S. "Arreglar" não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUEZ, Mariana. MORRO DE ESTILHAÇO: Uma etnografia da vivência do tiroteio no Morro do Vidigal. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SANTOS, Solano. "Tá tranquilo, tá favorável?" Ordem Pública e Violência Social em uma perspectiva etnográfica. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Programa de Pós-graduação em Direito Comparado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SILVA, Gabriel Borges da. "Quantos ainda vão morrer eu não sei": o regime do arbítrio, curtição, morte e a vida em um lugar chamado de favela. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SIQUEIRA, Raíza, SILVA, Kélio, MENDONÇA, Tássia, STROZEMBER, Pedro, SENTO-SÉ, João Trajano, LANDIM, Leilah, GUARIENTO, Suellen. Entrevista com o coronel Rogério Seabra. In: *Comunicações do Instituto de Estudos sobre a Religião ISER*. Nº 67, 2012. p. 134-157.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Políticas e serviços de saúde mental e atenção psicossocial em tempos de COVID-19

Bruna Martins Costa

* Mestra (PPGD/UFRJ) e bacharela (UFSC) em Direito. Advogada e pesquisadora

Com o agravamento da pandemia, refletido no aumento diário do número de mortos, e os movimentados acontecimentos da política brasileira, a condição de grupos quantitativamente menores tem ficado para um segundo plano. Neste texto, chamo a atenção para as pessoas em sofrimento psíquico e mental, e a condição atual dos equipamentos e serviços voltados para elas.



O Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, elaborou a Nota Técnica n. 12/2020 – CGMAD/DAPES/SAPS/MS¹, que trouxe recomendações à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) sobre estratégias de organização no contexto da pandemia. A referida nota valia até o final do mês de maio, dizia cruzar as diretrizes da Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira (Lei n. 10.216/2001) e a Lei n. 13.979/2020, e dispunha sobre o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

A orientação geral foi pela manutenção das atividades fundamentais de cada serviço, bem como pelo ajuste do atendimento psicossocial às novas rotinas da atenção primária. De forma mais específica, foi dada autonomia aos estados e municípios para avaliarem e decidirem sobre o funcionamento de cada equipamento da RAPS diante das condições específicas de cada localidade.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), na Recomendação n. 040, de 18 de maio de 2020, se manifestou pela revisão da referida nota, bem como pela implementação de outras providências para garantir os direitos das pessoas com sofrimento e/ou transtorno mental, e usuárias de álcool e outras drogas em tratamento, no contexto da pandemia da COVID-19.

Dentre as principais recomendações está o fortalecimento de ações e serviços de base territorial e comunitária, bem como as orientações específicas para o funcionamento dos equipamentos buscando minimizar os riscos de transmissão e contaminação em massa pelo SARS-COV-2, a elaboração de estratégias em parceria com o Sistema único de Assistência Social (SUAS) para estimular o suporte familiar dos usuários, a reavaliação, junto com o sistema de justiça, da condição das pessoas internadas involuntária e compulsoriamente, a participação dos gestores e de representantes do controle social em comitês gestores de crise para a COVID-19².

Uma segunda questão que atinge esse grupo diz respeito à cessão de leitos psiquiátricos para pacientes de COVID-19. Lúcio Costa, perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), na *live*³ “Querer ser livre é também querer livre os outros”, exibida na página do Facebook da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), alertou para o risco de leitos psiquiátricos em hospitais gerais fossem transferidos para novos pacientes com COVID-19.

Em São Paulo, as vagas da emergência psiquiátrica do Hospital Municipal Doutor Arthur Ribeiro de Saboya foram cedidas para os pacientes acometidos pela COVID-19, e as pessoas que estavam ali internadas foram transferidas para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) III de Santo Amaro, o que tem preocupado a equipe do serviço⁴.

A existência dessa modalidade hospitalar de atendimento psiquiátrico está prevista na Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira e faz parte de uma das principais conquistas dos movimentos antimanicomiais para a desinstitucionalização de loucura. Entretanto, tem sido difícil obter informações sobre essas possíveis cessões de leitos, pois mesmo antes da pandemia este já era um tema injustamente invisibilizado.

Também tem sido noticiada a disponibilização de leitos em hospitais psiquiátricos para pacientes da doença. Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, por exemplo, um hospital psiquiátrico fechou suas portas para pacientes psiquiátricos e deslocou os internados para uma outra instituição de saúde mental⁵. Outros estados que sabidamente abriram vagas em hospitais psiquiátricos para pacientes acometidos pela COVID-19 foram Ceará⁶ e Rio Grande do Norte⁷.

É antiga a atuação pelo fechamento de todas as instituições com características asilares, entretanto, a forma abrupta como as atividades foram interrompidas e a possível superlotação de outros hospitais psiquiátricos têm preocupado profissionais da saúde e militantes da luta antimanicomial.

A realidade das comunidades terapêuticas (CTs) durante a epidemia também deve ser motivo de atenção, uma vez que a própria regulamentação destes estabelecimentos já é bastante frouxa e que mesmo em tempos de “normalidade” já estão envolvidas em denúncias de violações de direitos. A Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) elaborou uma cartilha de orientações⁸ de segurança para conter a propagação do vírus nesses espaços. Apesar da iniciativa, também já foram registrados casos positivos de COVID-19 em CTs⁹, afetando tanto moradores como trabalhadores.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf



Além da preocupação com essas instituições, o pedido da PFDC é extensível aos equipamentos RAPS, como os centros de atenção psicossocial (CAPS), as residências terapêuticas (RTs), as unidades de acolhimento (UAS), os leitos psiquiátricos em hospitais gerais, etc¹⁰.

Esse breve levantamento sobre como têm funcionado os serviços e equipamentos voltados para o atendimento das pessoas em sofrimento mental objetivou chamar a atenção para os desafios das políticas de saúde mental no Brasil em tempos de pandemia.

Vivemos tempos de incerteza e de impermanência. Não há previsão de quanto tempo a COVID-19 se apresentará como um perigo. Os estudos sobre tratamentos eficazes e vacinas ainda estão em andamento e não possuem prazo para apresentarem resultados. O que sabemos é que certos grupos sofrerão mais nos próximos meses, terão agravadas as suas vulnerabilidades, e continuarão alvo da necropolítica dos governos, especialmente federal.

Podemos nos resignar, nos adaptando silenciosamente ao “novo normal” e nos contentando em assistir as violações de direitos, o aprofundamento de individualismo neoliberal, a hipervalorização da meritocracia, o agravamento da barbárie, conforme parece ser o desejo do grande capital. Ou podemos decidir romper com esta “normalidade”, problemática antes mesmo da própria pandemia, nos colocando em movimento, mesmo diante da complexidade e das contradições do momento presente.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

¹ [Nota técnica n. 12/2020 – CGMAD/DAPES/SAPS/MS.](#)

² [Recomendação n. 040 - CNS.](#)

³ [“Querer ser livre é querer livre os outros”, live Renila, de 23 de maio de 2020.](#)

⁴ [Pacientes psiquiátricos serão transferidos de hospital para abrir leitos para Covid-19.](#)

⁵ [Em meio à pandemia, hospital psiquiátrico é fechado em Belo Horizonte.](#)

⁶ [Hospital de saúde mental em Fortaleza confirma pacientes psiquiátricos internados com a Covid-19.](#)

⁷ [Hospital psiquiátrico do RN vai ter leitos exclusivos para pacientes com Covid-19.](#)

⁸ [Cuidados básico com relação à pandemia de coronavírus \(COVID-19\) – Cartilha de orientação para comunidades terapêuticas.](#)

⁹ [Comunidade terapêutica registra 36 casos de covid-19 no interior de São Paulo.](#)

¹⁰ [PFDC quer saber como está a prevenção à COVID-19 em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas.](#)



NOTÍCIA

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Pandemia e o descarte de vidas pelo sistema prisional.

Aline Khouri

* Jornalista

WEBINAR - CICLO DE DEBATES DIREITO E PANDEMIA

Racismo, doença e morte: a gestão da vida nas prisões e a pandemia

22/07 ÀS 17:00 - TRANSMISSÃO AO VIVO EM FACEBOOK.COM/CAAFUNIFESP01

Marina Mello
(Professora da EFLCH/Unifesp)

Gabrielle Nascimento
(Frente Estadual pelo Desencarceramento de SP e Amparar)

Felipe Freitas (Doutor pela UnB e coordenador do projeto Infovírus)

Mediadoras
Carla Osmo (EPPEN e CAAF/Unifesp)
Mizpá Barros (aluna de RI/Unifesp)

ORGANIZAÇÃO:
PROFESSORAS/ES DE DIREITO DA UNIFESP
EQUIPE CAAFUNIFESP



“Existe uma economia política bastante específica da prisão que traz à luz a intersecção de gênero e raça, colonialismo e capitalismo”, escreveram Angela Davis e Gina Dent. A frase sintetiza o debate *Racismo, doença e morte: a gestão da vida nas prisões e a pandemia*, promovido no dia 22 deste mês pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP. O debate teve a participação de Marina Mello, professora da UNIFESP, Gabrielle Nascimento, membro da Frente Estadual pelo Desencarceramento SP e da Associação de Amigos e Familiares das Pessoas Presas (AMPARAR) e Felipe Freitas, doutor pela UnB e coordenador do projeto Infovírus. A moderação foi de Carla Osmo, professora da UNIFESP, e Mizpá Barros, graduanda em Relações Internacionais da instituição.

A professora Marina citou o lançamento recente de uma campanha chamada “Enquanto houver racismo não haverá democracia”, realizada pelo grupo Coalizão Negra por Direitos. Porém, esclareceu que a democracia nasceu e ainda sobrevive à custa de exclusões. O conceito de necropolítica, discutido pelo filósofo Achille Mbembe, também foi trazido à tona para salientar que um dos fundamentos da contemporaneidade é a construção do outro como inimigo a partir de ideias como pertencimento e separação. O outro é construído a partir de um lugar de infâmia e suspeita, incorporadas em corpos previamente racializados. Isso é colocado em prática por meio de instituições que reafirmam os lugares de privilégio em contraposição aos lugares de pessoas sujeitas à submissão e ao descarte, como as prisões, por exemplo.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

O caso do jovem Lucas Trindade, preso em 2018 por portar 10 gramas de maconha é um exemplo emblemático dessa política. Condenado a cinco anos e 10 meses de prisão, ele foi encontrado morto em sua cela em decorrência do coronavírus. A falta de condições adequadas para cumprir as medidas de higiene e distanciamento social do sistema prisional representa um risco à vida dos presos no contexto pandêmico. Um relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), aponta que, na América Latina, há mais incidência da pobreza, maior dificuldade para acessar políticas públicas e o mercado de trabalho e onde a violência policial e o sistema penal são traços característicos. Dados do Infopen, sistema de informações do sistema penitenciário brasileiro, informam que 64% da população prisional do Brasil é negra e que a política de drogas incrimina majoritariamente mulheres negras.

Gabrielle Nascimento mencionou outros exemplos de violência policial contra pessoas negras: o caso de uma mulher pisoteada por um policial em São Paulo e o assassinato do adolescente Guilherme da Silva Guedes, 15 anos, por um ex-policial militar, na Zona Sul de SP. Um levantamento divulgado pela Ponte Jornalismo constatou que durante a quarentena, em abril, a Polícia Militar de São Paulo matou 116 pessoas, o que significa uma pessoa a cada seis horas. O número só não superou as mortes de maio de 2006 quando houve confronto entre policiais e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

A taxa de mais de 50% de trabalhadores informais em pelo menos 11 estados brasileiros dificultou o cumprimento da quarentena no país. De acordo com Gabrielle, isso não pode ser analisado separadamente do aprisionamento. “É em momentos de aprofundamentos de desigualdades e retirada de direitos que as prisões se tornam ainda mais depósitos das pessoas mais afetadas”, afirma. Por isso, a principal reivindicação da AMPARAR é a liberação dos presos devido aos riscos de morte trazidos pelo novo coronavírus. A organização tem feito campanhas para arrecadar recursos para auxiliar pessoas com dificuldades de sobrevivência.

Já Felipe Freitas completou a discussão ao explicar a importância do papel do projeto *Infovirus*, que reúne pesquisadores voluntários para contestar informações falsas divulgadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e pelo Ministério da Justiça e monitora o que ocorre nos presídios em parcerias com sindicatos, denúncias anônimas e organizações de direitos humanos. A função desempenhada pelo projeto é crucial em um momento de omissão e falta de transparência do governo quanto aos dados relacionados à Covid-19. Nos presídios paulistas, o Depen chegou a desaparecer com 812 casos confirmados da doença em 24 horas. Para Felipe, a pandemia deveria esgarçar os problemas do sistema penal para despertar indignação contra ele.

Ele acrescentou que há três argumentos principais para a não concessão da prisão domiciliar: manutenção da ordem pública, a possibilidade de tratar as pessoas nas prisões, a não concessão do habeas corpus coletivo. “Os juízes estão condenando essas pessoas à pena de morte”, diz. Em uma carta escrita por internas da Casa de Prisão Provisória (CPP), do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia há denúncia contaminações pelo novo coronavírus no local e um pedido de socorro. Segundo elas, foram aplicados 12 testes em detentas da CPP, dos quais 11 resultaram positivos para a COVID-19. As autoras mencionam a precariedade da CPP, que aumenta os riscos de contaminação. Há também a falta de informações ou contato entre presos e familiares, o que contribui para o descumprimento das recomendações sanitárias e o aumento de outras necessidades da população carcerária, que também sofre com a limitação da entrega de alimentos e itens de higiene.

[ASSISTA AQUI O SEMINÁRIO RACISMO DOENÇA E MORTE: A GESTÃO DA VIDA NAS PRISÕES E A PANDEMIA](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

[Governo Doria some com mais de 800 casos de coronavírus em prisões de SP](#)

[É um pedido de socorro: detenta relata situação precária e casos confirmados em presídio em Goiás](#)

[7 em cada 10 pessoas não têm informações sobre parente encarcerado em SP durante pandemia](#)



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf



ENTREVISTA

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Juntar forças e ser mais favela: *entrevista com o pastor Igor Alexander*

**Entrevista concedida a pesquisadora Desirée Azevedo*

Paraisópolis é considerada a segunda maior favela de São Paulo. O predicado que acompanha qualquer menção à comunidade não costuma a ser isento. No que se refere ao tratamento midiático, ele quase nunca está descolado de olhares estigmatizantes.

Foi assim quando, na madrugada do dia 01 de dezembro de 2019, o Baile da DZ7 – festa de rua realizada semanalmente na comunidade – foi alvo de ação policial extremamente violenta que resultou na morte de 9 jovens, entre 14 e 23 anos. Discursos de criminalização do baile, justificção da ação policial e desqualificação moral das vítimas, baseados na associação entre o território, o crime e a pobreza, não tardaram a surgir. São as famílias e a comunidade que têm se levantado contra eles, lutando para que não sejam esquecidos os nomes de Gustavo Cruz Xavier, Dennys Guilherme dos Santos Franca, Denys Henrique Quirino da Silva, Luara Victória Oliveira, Marcos Paulo Oliveira dos Santos, Bruno Gabriel dos Santos, Gabriel Rogério de Moraes, Eduardo da Silva e Mateus dos Santos Costa.

Vinte dias após o cerco ao baile, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de São Paulo anunciaram conjuntamente o investimento de 250 milhões em ações integradas em Paraisópolis e Heliópolis. Na ocasião, o prefeito afirmou que as ações – previstas para as áreas de educação, saúde, habitação, assistência social, emprego, cidadania, violência contra mulher, cultura, esporte, lazer e infraestrutura – responderiam aos “anseios da sociedade civil”, mas também ao “tema que nos sensibilizou, o episódio de Paraisópolis”.¹ Entre as propostas anunciadas, foram recuperadas antigas promessas, como a canalização do córrego do Antonico e a criação do Parque Paraisópolis. Para o primeiro, um projeto de reurbanização foi concebido em 2008 para resolver os recorrentes problemas de saneamento, falta de água e enchentes. Já o segundo foi criado por lei, também em 2008, para oferecer uma opção de lazer à população.² Com a virada do ano, Paraisópolis não viu a chegada desses investimentos, mas do novo coronavírus

O reconhecimento quanto à necessidade de políticas públicas e investimentos em áreas essenciais coloca o poder público em pleno conhecimento das vulnerabilidades de Paraisópolis diante da pandemia de um vírus desconhecido. Apesar disso, a oportunidade para mostrar sensibilização e comprometimento foi desperdiçada, mesmo diante dos pedidos das lideranças locais.³ O hospital de campanha prometido para o local jamais foi construído. Assim, os moradores criaram suas próprias políticas públicas e estratégias de organização. Atualmente, elas são coordenadas a partir de um centro de contingência e gerenciamento da crise. No contexto político sanitário em que vivemos, marcados tanto pela falta de coordenação entre os entes federativos, quanto pela opção da presidência da república pela morte, a criação de estratégias periféricas de sobrevivência, traçadas apesar e muitas vezes contra o Estado, se tornaram comuns nas favelas, quebradas, quilombos e aldeias de todo o país. É nessa conjuntura que Paraisópolis tem se destacado, ganhando cada dia mais os jornais por fazer um controle da pandemia melhor do que o da cidade de São Paulo.⁴

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Nessa entrevista, o pastor Igor Alexsander, morador de Paraisópolis e liderança comunitária, conta um pouco mais sobre essa gestão comunitária da pandemia, destacando como a rede de solidariedade estreitada entre os moradores está permitindo que a comunidade tenha acesso à informação e conscientização, vigilância sanitária, quarentena, segurança alimentar, geração de emprego e renda, pronto atendimento e tratamento. Há mais de três anos, o religioso faz trabalho social no Baile de DZ7, com ações de pronto atendimento e mediação de conflitos. Ele aceitou, muito gentilmente, responder algumas perguntas por Whatsapp em meio ao seu corre diário como coordenador das duas casas de acolhimento organizadas em escolas públicas da comunidade.

Você poderia começar nos apresentando Paraisópolis? Como nosso tema é a pandemia, eu pediria que você falasse um pouco sobre quem é o morador de Paraisópolis, o perfil do trabalhador e também sobre a presença dos equipamentos de saúde no território.

Paraisópolis é uma comunidade na zona sul de São Paulo, no coração do Morumbi, com cerca de 100 mil habitantes e 21 mil moradias. Hoje, em alguns pontos ainda falta água. Nós temos um córrego, o chamado Córrego do Antonico, que corta todo o Paraisópolis, e tem casas construídas em cima dele.

Por ser uma comunidade muito populosa – a média de pessoas por domicílio de dois cômodos é de cinco pessoas – é muito difícil fazer quarentena e ter isolamento social. Se uma pessoa se infectar, todo resto da família vai se infectar. Nós temos uma diversidade muito grande de trabalhadores. Porque estamos no Morumbi, a maioria dos moradores de Paraisópolis trabalha para a classe alta: porteiros, domésticas, motoristas, auxiliares de limpeza e os mais diversos tipos de trabalho. A mão de obra sai daqui para o Morumbi, para a classe alta.

Nós temos três Unidades Básicas de Saúde e um AMA (Assistência Médica Ambulatorial). O serviço, por mais que tenha, infelizmente não supre por conta da quantidade de pessoas. Eu acreditaria que um hospital aqui para Paraisópolis seria a melhor opção, porque infelizmente, se você chega na UBS ou no AMA de Paraisópolis, você vê que está superlotado todos os dias.

Uma gestão da pandemia interessada em salvar vidas demandaria a combinação entre ações diversas, como informar sobre prevenção do contágio, promover a ampla testagem, dar tratamento universal aos doentes, produzir condições de adesão à quarentena e demais cuidados preventivos e estimular a solidariedade. Em suma, o oposto do que vivemos no Brasil hoje. Como a política de não fazer do governo brasileiro impacta Paraisópolis?

Infelizmente, não foram criadas políticas públicas para as favelas em momento algum. Então, infelizmente, o favelado, o periférico, ele tem que juntar forças e ser mais favela. Isso é muito difícil, porque nós somos mais de 14 milhões de brasileiros periféricos. Há política pública para shoppings, tem política pública para grandes comércios, tem política pública, atravessando a rua, para a classe alta, mas não tem política pública pro favelado, infelizmente.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Como Paraisópolis se organiza para enfrentar a falta dessas políticas? Quais as principais ações realizadas?

Nós nos juntamos já fazem mais de 120 dias e fizemos 12 iniciativas de combate à pandemia. Uma dessas iniciativas é a casa de acolhimento, que são 510 leitos. É um centro de acolhimento que eu coordeno nesse momento, sou coordenador geral. Nós pegamos as pessoas de Paraisópolis que estão infectadas com o vírus e colocamos em isolamento por 14 dias lá. Ele passa a sua quarentena dentro das escolas daqui, que a gente transformou em centro de acolhimento, enquanto estão sem aulas. Então essa é uma das iniciativas.

Nós também temos o bistrô Mãos de Maria, que é um bistrô da comunidade. Agora está produzindo cerca de 10 mil marmitas para a comunidade. Porque a fome vem batendo, ela não espera. Por conta da crise da pandemia, a gente tá distribuindo cerca de 10 mil marmitas diárias. Já batemos mais de meio milhão de marmitas entregues.

Nós também temos o Costurando Sonhos, que era um projeto de ensino de costura. Agora, se juntaram as mulheres que perderam seus empregos. Nós colocamos essas mulheres para fazer máscaras para a própria comunidade. Nós já confeccionamos mais de 50 mil máscaras. O doador, em vez de comprar máscara e trazer para a comunidade, ele faz com que a comunidade confeccione para a própria comunidade. Então, gera renda, gera emprego, gera comida na mesa da mulher que perdeu seu emprego.

Nós também temos a “do adote uma diarista”, que são diaristas que perderam seu emprego por conta da pandemia. Os doadores – são doadores físicos – eles “adotam” essas diaristas durante três meses com o valor de 300 reais. E nós damos cesta básica e produtos de limpeza. E tem várias outras. Várias outras iniciativas. Mas as mais importantes são essas.

E nós temos um trabalho de conscientização dentro da comunidade com carro de som e panfleto. Nós temos 642 presidentes de rua, que são pessoas voluntárias que nós capacitamos para levar informação e ajudar a cada morador. Cada voluntário desse cuida de 50 casas, seus vizinhos, levam informação e levam as doações que chegam para nós aqui na base.

Qual é o papel das lideranças comunitárias em face do negacionismo da presidência da república?

Hoje, infelizmente, nós desconhecemos o governo federal, porque nós não vimos nenhuma ação dentro das comunidades. Nem aqui em Paraisópolis. E nós estamos aqui diariamente. Não se tem nada. Infelizmente, é um descaso com os periféricos e os favelados, que estão à margem da linha do problema. Esse sistema que tenta um genocídio mascarado. Infelizmente, são criados todos os dias muros. Como foi falado essa semana, que estavam tentando colocar um muro ao redor do Parque Paraisópolis.⁵

Mas nós... a favela sempre vai vencer. Porque a favela é um povo sofredor, mas é um povo que batalha, que luta pelos seus ideais, que estoura a bolha e consegue enfrentar essas barreiras. A gente enfrenta um leão por dia.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Você poderia nos falar sobre a produção da subnotificação da doença na comunidade? Vocês estão se organizando para produzir dados sobre a Covid-19 no território?

A comunidade de Paraisópolis, saiu uma pesquisa no Instituto Polis, há 10 a 15 dias atrás, que fala que nós temos a menor taxa de óbito de município de São Paulo.⁶ Nós somos a comunidade que menos teve óbito por contra da pandemia. A média do município de São Paulo é de 62 pessoas por cem mil habitantes e aqui são 22.

Esqueci de falar que nós também contratamos três ambulâncias e oito profissionais de saúde que fazem um trabalho dentro da comunidade 24 horas por dia. Quando há suspeita [de infecção], o presidente de rua liga para a equipe médica e é levado até a UBS por meio das ambulâncias contratadas pela comunidade, caso seja confirmado, recebe um encaminhamento médico para entrar no centro de acolhimento. Caso não tenha como ir até a casa de acolhimento, eles entram em contato comigo e eu encaminho uma ambulância para fazer a remoção da casa do residente até o centro. As ambulâncias passaram 100 dias aqui na comunidade, agora nós estamos apenas com uma, porque o custo era muito alto. Quanto aos testes, nós compramos 21 mil e encaminhamos para as UBS e o AMA.

Ocorreram 26 mortes aqui em Paraisópolis. Todas foram em hospitais, nenhuma em casa. Nós estamos pegando todos os dados, nós temos cerca de 2 mil e 400 pessoas que foram infectadas. Tiveram mais de 4 mil atendimentos médicos aqui durante esses mais de cem dias. E está aumentando cada dia mais, porém não estamos mais com condições de continuar bancando mais, porque os doadores, a maioria dos doadores, são pessoas físicas que doam nas campanhas de financiamento coletivo e são poucas empresas que nos ajudam diretamente.

O período da pandemia foi também um período de crescimento da violência policial, como você entende essa convergência?

Sim, o período de pandemia aumentou bastante o número de casos. Aqui em Paraisópolis, não era para ser, mas é normal. A gente fala que Paraisópolis é o carrossel da polícia militar, porque sempre que entra aqui fica brincando com os moradores. A diversão deles é espancar o negro, o favelado, o periférico.

Infelizmente, essa é a realidade que nós temos. Teve esse massacre dia 1 de dezembro, com os nove jovens.⁷ Infelizmente, foram ceifadas vidas. Famílias foram perdidas, perderam seus entes queridos. E isso a gente vive diariamente, não só na pandemia, mas todos os dias.

Como apoiar as iniciativas?

Se as pessoas quiserem apoiar o trabalho, entrem no Instagram⁸ ou no Facebook⁹ do G10 Favelas ou do Gilson Rodrigues.¹⁰ Tem as campanhas de financiamento coletivo no eSolidar.¹¹ Você vai lá e faz sua doação independente do valor. Tem pessoas que doam 5 reais, tem pessoas que doam 10, 100, mil reais. O importante é ajudar para que todas essas iniciativas continuem até o findar dessa pandemia, porque o problema já existia.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

A fome já existia antes da pandemia e a fome ela não espera. Então, o que acontece? Se a gente não conseguir arrecadar, a gente vai ter que parar todo esse trabalho grandioso que a gente tá fazendo aqui, com mais de três mil pessoas trabalhando, e que, infelizmente, vai chegar um ponto em que não vai ter mais condição financeira de dar continuidade ao trabalho.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES:

¹ [Governo e prefeitura de São Paulo anunciam ações para Paraisópolis](#)

² [Prefeitura de SP promete entrega de Parque Paraisópolis em 2020; canalização de córrego segue sem previsão](#)

³ [Moradores de Paraisópolis protestam devido à falta de políticas de combate à pandemia na comunidade](#)

⁴ [Paraisópolis controla melhor a pandemia do que a cidade de São Paulo](#)

⁵ [Associação dos Amigos do Jardim Vitória Régia pede construção de muro em torno ao Parque Paraisópolis](#)

⁶ [Análise instituto Pólis - Covid-19 na favela](#)

⁷ Para saber mais, ver: [Massacre de Paraisópolis é o ápice das políticas anti-funk do Estado](#)

⁸ [Instagram G10 favelas ; Instagram Gilson Rodrigues](#)

⁹ [Facebook G10 Favelas ; Facebook Gilson Rodrigues](#)

¹⁰ Gilson Rodrigues é presidente da União de Moradores e Comerciantes de Paraisópolis e coordenador nacional do G10 das favelas.

¹¹ [G10 - Apoie Paraisópolis a Combater o Corona Vírus](#)